



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR, SERVIÇO SOCIAL E PROJETO ÉTICO POLÍTICO: HISTÓRIA, FUNDAMENTOS E CRÍTICA¹

ADRIANYCE ANGELICA SILVA DE SOUSA²

RESUMO

Fruto de estudos e pesquisas em andamento desde 2019 versa sobre a relação, no campo dos fundamentos, da estratégia democrático-popular, suas expressões nos Governos Lula e a construção do projeto ético-político da profissão. A partir dessas determinações destacamos os influxos no Serviço Social brasileiro identificando a existência de uma tendência socialista-reformista na profissão.

Palavras-chave: “fundamentos”, “serviço social”, “projeto ético-político”, estratégia democrático-popular”, “GovernosPT”.

ABSTRACT

The result of ongoing studies and research since 2019, it deals with the relationship, in the field of fundamentals, of the democratic-popular strategy, its expressions in the Lula Governments and the construction of the ethical-political project in the profession. Based on these determinations, we highlight the influxes in Brazilian Social Service, identifying the existence of a socialist-reformist tendency in the profession.

Keywords: “fundamentals”, “social service”, “ethical political project”, democratic-popular strategy”, “PT Governments”

Introdução

É notória a existência de ampla produção bibliográfica especializada no Serviço Social acerca do processo de ruptura com o conservadorismo. Contudo, na via histórico-interpretativa da bibliografia profissional crítica, é parcamente explorada como

¹ Pesquisa Desenvolvida com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro – FAPERJ e Conselho Nacional de Desenvolvimento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ por meio de Bolsa em Produtividade em Pesquisa Nível 2.

² Universidade Federal Fluminense

determinante para a análise da cultura profissional renovada e sua diretriz, o Projeto Ético-Político, a relação com a estratégia democrático-popular.

Face aos processos históricos vivenciados na particularidade brasileira nos governos petistas (2002-2010), cujos impactos e significações ainda não encontram expressiva análise no seio profissional, o presente texto busca aprofundar o estudo acerca da relação genética entre o Projeto Ético-Político e a estratégia democrático popular encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (SOUSA, 2021; SOUSA, 2023). Ao revisitar os fundamentos da cultura profissional renovada, sob novo enfoque, a relevância deste estudo reside, pois, em que possamos compreender as problemáticas que hoje atravessam a sua diretriz, o Projeto Ético-Político profissional, especialmente no que estamos identificando como uma tendência socialista-reformista na profissão.

2. Estratégia democrático-popular, cultura profissional renovada e Projeto Ético Político do Serviço Social: breve delineamento

Não é casual que seja referenciada a passagem dos anos 1980 aos anos 1990 como o marco histórico social dos avanços profissionais do Serviço Social brasileiro, como produto da “processualidade da intenção de ruptura” (SOUSA; SOUSA, 2012) e seu espraiamento no corpo profissional (NETTO, 1998), favorecendo, por meio da interlocução com o pensamento de Marx e da tradição marxista, uma renovação teórico cultural da profissão. Renovação esta que possibilitou à profissão ser capaz de responder à realidade validando-se por meio de novas competências que, para serem desenvolvidas, mobilizaram necessariamente a formação e o exercício profissional no desenvolvimento de pesquisa, produção do conhecimento e alternativas à sua instrumentalização (NETTO, 1996).

Sem dúvidas é justamente o solo histórico-social que permitiu que esta renovação ganhasse forças. Ou seja, trata-se da dinâmica da sociedade brasileira, da reconfiguração da autocracia burguesa e da renovação da estratégia da classe trabalhadora no país. Encontrando aderência no corpo profissional, estas criam as condições para uma nova projetiva no Serviço Social. Nas palavras de Netto (2006, p. 10), “no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional”. E, por esse motivo, no interior profissional desenham-se e conflituam-se projetos profissionais mais ou menos compatíveis com determinados projetos sociais.

Das análises de Netto (1996) podemos depreender que, daquela condição, explicita-se a dimensão ídeo-política da profissão como resultante da articulação do seu significado social



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

objetivo, com projetos sociais que nele incidem. Por isso mesmo, o autor vai ressaltar que “a cultura profissional (princípios, valores, objetivos, concepções teóricas, instrumentos operativos) – joga um papel importante na compatibilidade entre exercício profissional e uma dada hegemonia política” (NETTO, 1996, p. 116).

Pressupondo uma diferenciação ídeo-política expressa na sociedade, esta cultura profissional instaura como dinâmica no conjunto da categoria profissional a explicitação de tendências e diferenciações. Somente assim faz sentido elaborar uma direção social estratégica para a profissão, sendo o seu nervo o componente ídeo político que envolve necessariamente a cultura profissional (NETTO, 1996).

Esta nova cultura profissional, que por isso nominamos renovada, é formulada entre os anos de 1980 e 1990. A direção social estratégica que dela se origina e a sua expressão em diretriz, o Projeto Ético-Político, são produtos da relação dinâmica em que a resistência à ditadura, na tônica daquele caldo cultural que tratamos anteriormente, na arena política, afinarão a relação das vanguardas profissionais com o Partido dos Trabalhadores (PT).

Nos termos de Netto (2004, p. 22), “a atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que se embeberam segmentos profissionais sem cujo protagonismo o ulterior projeto ético-político seria impensável”. Contudo, como elaborado por Sousa (2021), a condição política que possibilitou a ruptura com o conservadorismo é demarcada pela identidade que parte da vanguarda deste corpo profissional estabeleceu com o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira, na chamada estratégia democrático-popular, da qual o PT é uma expressão. Sendo parca na historiografia profissional a explicitação dessa relação, compreendemos que as condições histórico-políticas da gênese do projeto profissional possuem este nexos importante, quase nunca enfatizado nas análises profissionais. E que, a nosso ver, têm importantes derivações ídeo-políticas e teórico-metodológicas para a compreensão da cultura profissional e sua diretriz, o Projeto Ético-Político.

Na produção de Netto (2006; 2004), essa relação da cultura profissional renovada com o PT sempre aparece posta como determinação, contudo, não se encontram, no autor, desenvolvidos seus desdobramentos e a forma como comparece esta influência na constituição do Projeto Ético-Político. As indicações tendem a ser amplas, referindo-se

A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, ‘minorias’ etc.). (NETTO, 2006, p. 9).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Não há a explicitação da estratégia democrático-popular tomada em sua totalidade, ou seja, como a estratégia que hegemonizou a classe trabalhadora a partir da década de 1970. Muito menos se analisa o sentido e os impactos que a “ampliação da participação na sociedade civil”, “a busca pelas realizações sociais que até então a burguesia nacional não tinha efetivado” têm para o Projeto Ético-Político. Em Silva (2022), que desenvolve uma importante pesquisa, na nossa compreensão, pouco explorada na produção do Serviço Social, quando é resgatado o debate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura, refere-se a “uma conjuntura política favorável ao debate democrático” (SILVA, 2002, p. 69), também destacando que a pesquisa identificou que

quanto a questão do popular, apesar de estar muito presente no discurso dos assistentes sociais, identificando, inclusive o caráter da heterogeneidade de sua composição, não existem estudos aprofundados sobre essa questão, no sentido de compreender sua composição e seu projeto político na realidade brasileira. (SILVA, 2002, p. 180).

A bibliografia profissional de referência veiculada em livros (IAMAMOTO, 2014a; 2014b; BEHRING, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2006) dá por pressuposta essa relação, marcando por exemplo os anos de 1980 e os embates no plano da organização da categoria como estando vinculados aos esforços do PT para consolidar o que seria um novo sindicalismo (ABRAMIDES; CABRAL, 1995) e, com isso, associando na base dos debates e correlações de força, entre os setores profissionais progressistas, aquilo que está no seio do que se convencionou chamar de “nova esquerda”. Em face das disputas em torno da Constituinte e do que conseguiu se consolidar em termos de avanços na Constituição de 1988, o PT se torna um parceiro relevante na defesa das políticas de caráter estatal e universal (BRAVO, 1996; MOTA, 2012).

Nas produções acerca dos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional, a explicitação teórica e derivações ídeo-políticas com a estratégia democrático-popular também estão ausentes. Identificamos isso, particularmente, em produção recente e específica (ABRAMIDES, 2019) acerca do Projeto Ético-Político, em que essa relação não comparece como uma determinação importante.

Excetua-se aqui a produção de Lessa (2020), na qual o autor efetiva uma crítica ao que considera os impasses do Projeto Ético-Político do Serviço Social, intimamente articulados à crise mais geral da esquerda no país, indicando predominantemente o PT e a CUT neste espectro. O autor associa a “uma esquerda que se torna crescentemente liberal o berço em que nasce e se desenvolve a proposta, não menos liberal, de articulação da política com a ética, como um dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social” (LESSA, 2020, p. 2014). Ainda assim, não aborda o PT como expressão da estratégia democrático-popular.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3. Serviço Social e uma tendência socialista reformista ³?

Desde os finais dos anos de 1960, a profissão desenvolveu um processo de ruptura com o conservadorismo que viabilizou a constituição de uma vanguarda profissional empenhada em decifrar as determinações da dinâmica social brasileira e suas incidências na profissão. Esta construção, é tanto legatária do amadurecimento profissional desenvolvido a partir do processo de democratização da sociedade pós ditadura de 1964, como da influência de um pensamento crítico vinculado à tradição marxista⁴.

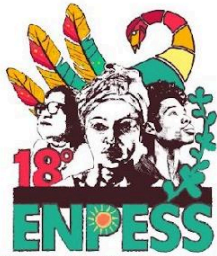
A partir deste amadurecimento constitui-se o chamado Projeto Ético-Político consolidado na década de 1990. Porém, as condições histórico-políticas da gênese do projeto profissional possuem um nexos importante, e que explica a tendência ora em análise. Referimo-nos aqui a relação entre os avanços profissionais e o surgimento do PT. No dizer de Netto, "a atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que se embeberam segmentos sem cujo protagonismo o ulterior projeto ético-político seria impensável" (NETTO, 2004, p. 22). Mais precisamente, a condição política, que possibilitou a ruptura com o conservadorismo é demarcada pela identidade que parte da vanguarda deste corpo profissional estabeleceu com o conteúdo tático estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira na chamada "Estratégia Democrático-Popular"⁵.

³ Por "socialismo reformista" compreendemos uma dada concepção estratégica nas reformas, no aperfeiçoamento da democracia e em sua respectiva conformação moderna (mais desenvolvida da cidadania burguesa). Esta concepção de socialismo ganhou diferentes versões a partir de formações sócio históricas particulares, a exemplo do eurocomunismo em países da Europa, da Estratégia Democrático

Popular no Brasil ou do polêmico Chavismo na Venezuela e, em linhas gerais, pode ser compreendida a partir da caracterização de Marx e Engels (2008) sobre o "socialismo burguês" no *Manifesto do Partido Comunista*. Resgatamos esta concepção burguesa de socialismo porque estamos convencidas que, ao ser completamente abdicada pela burguesia em seu giro contrarreformista, torna-se nos dias de hoje o horizonte estratégico hegemônico de estratos expressivos da classe trabalhadora. Nos reportamos assim, a uma apreensão do socialismo que detêm por objetivo último alterações positivas na base material de vida dos trabalhadores. Mas, por "alteração nas relações materiais de vida", "(...) este socialismo não entende, de modo nenhum, a abolição das relações de produção burguesas, só possível pela via revolucionária, mas melhoramentos administrativos que se processam sobre o terreno destas relações de produção, portanto que nada alteram na relação de capital e trabalho assalariado". (MARX E ENGELS, 2008, p.59)

⁴ Não nos deteremos aqui, em amplo debate acerca dos percalços da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, sobre o tema, entre outros conferir Netto (1989, 2006a, 2006b) e Santos (2007).

⁵ Segundo Marques (2015), por "Estratégia Democrático-Popular" vamos compreender o principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 – e que segue confiante entre parte significativa dos movimentos sociais brasileiros até os dias de hoje. Apesar da contribuição de autores importantes em sua formulação é ao sociólogo Florestan Fernandes que atribuímos a construção de sua gênese e fundamentos teóricos. Para este, a estratégia socialista da "revolução brasileira", diante da nossa particularidade de nação dependente e subdesenvolvida, adquire o caráter de uma "revolução democrática", a qual prevê dois níveis de atuação: de curto e longo prazo, "dentro" e "fora" da ordem. As primeiras tarefas, de curto prazo, diriam respeito a quebra das nossas "cadeias coloniais" com a condução operária à chamada "revolução burguesa em atrasado", ou seja, a realização das nossas pendentes reformas civilizatórias. A segunda é a outra sociedade, o socialismo. Na ótica de Fernandes, dado o caráter totalitário da nossa burguesia, estas revoluções confundir-se-iam e a luta pela libertação da tutela imperialista ligaria a revolução nacional democrática à vitória



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Neste sentido, a questão que se apresentava aos segmentos mais avançados da categoria profissional, era como manter os compromissos sócio-políticos com os trabalhadores estabelecendo mediações mais explícitas com a realidade brasileira, de modo tanto a qualificar seus parâmetros e princípios profissionais, quanto a permitir maior suporte à intervenção profissional. Do ponto de vista teórico, isso significou uma centralidade em torno da categoria trabalho⁶ e do ponto de vista ídeo-político a “constituição de um novo *ethos*, o de trabalhador assalariado” (BEHRING, 2013, p. 12). Ou seja, o reconhecimento da dimensão da exploração de homens e mulheres para os quais o pagamento é o salário, levou a categoria ao reconhecimento das classes sociais e de suas funções. É justamente este o movimento, no plano teórico e ídeo-político, que traz para o interior do debate profissional o nexos de problematizações em torno do trabalho que estava posto na sociedade, o qual confirma no seio profissional um aprofundamento dos compromissos assumidos na ruptura com o conservadorismo.

A decodificação deste movimento, na construção teórica e ídeo-política da profissão se deu postulando uma vinculação "entre o projeto profissional e um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero" (NETTO, 2006b, p. 155). Dessa forma, coloca-se para o Serviço Social a necessidade de remeter-se a um entendimento profissional condicionado para além de si, referenciando uma intervenção profissional que contribua para mostrar os limites, as contradições e o nível de barbárie presente nas relações sociais erguidas nos marcos do capital. Disto resulta, "em termos dos princípios da profissão, o estabelecimento de uma relação dialética entre emancipação humana e emancipação política" (BEHRING, 2013).

Entretanto, em nossa compreensão, esta é, pois, a encruzilhada, trata-se de dois elementos distintos. Um elemento radicalmente crítico fundado na perspectiva ontológica comprometida com a emancipação humana, no sentido da plena realização do humano genérico por meio da socialização da economia, política e cultura; de modo a superar as desigualdades de classe e formas por elas assumidas no que se refere a toda forma discriminação e preconceito. E, um elemento conjuntural estratégico comprometido com a emancipação política,

socialista. Apesar da influência da teoria da "Revolução Democrática", essa programática apenas vai adquirir a nomenclatura "Democrático-Popular" a partir do 5º Encontro Nacional do PT (1987). O sentido da alternativa Democrático-Popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia "democrática, popular e anti-imperialista" hegemônica pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado. Democrática, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características atrasadas do capitalismo brasileiro. Popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e seus "aliados" afetados pelos grupos monopólicos - a pequena burguesia ou uma pseudo-burguesia vinculada ao capital produtivo.

⁶ As decorrências e problemáticas deste debate no decorrer da década de 1990 são conhecidas. Polêmicas em torno do Serviço Social ser ou não trabalho (SOUSA, 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

à medida que os outros princípios fundados pela liberdade, dialogam com a particularidade brasileira dependente e desigual. A "ampliação e consolidação da cidadania", a "defesa e aprofundamento da democracia", a "garantia do pluralismo", a "defesa da equidade e justiça social" constituem-se em mediações estratégicas da intervenção profissional face ao capitalismo brasileiro. Entendemos que é este segundo elemento que se desenvolve amplamente na profissão ao longo dos governos petistas no Brasil nos anos 2000.

A problemática, no nosso entendimento, reside no seguinte fato: o que inicialmente estava posto como uma defesa do trabalho – enquanto categoria central para a compreensão da realidade e para sua organização objetiva, responsável por manter na ordem do dia a problematização da sociedade burguesa frente aos processos de exploração e alienação que engendra – limitou-se à defesa exclusiva dos direitos sociais conquistados no processo da luta de classe pelos trabalhadores. Ou seja, há uma conformação reformista.

Dito de outra forma, alguns segmentos profissionais, mesmo aqueles da vanguarda profissional, realizaram, ainda que de modo não declarado, um deslocamento para o Estado, para a defesa dos direitos e da política social, desreferenciando o papel jurídico-político nos limites da ordem burguesa. Nestes termos, esta tendência *socialista reformista* (SOUSA, CARVALHO e MARQUES 2019), rebate do ponto de vista político na falta de mediações, obstaculizando os ganhos derivados da decodificação entre o que é o projeto profissional, que possui limites, e o que é o projeto societário de ruptura com a ordem do capital. Sai de cena a nosso ver, o caráter crítico radical do projeto profissional brasileiro.

Consideramos que esta tendência *socialista reformista* amadurece, paradoxalmente, nos anos de 1990. Contexto esse, em que parte da vanguarda e da categoria afirmavam o projeto ético-político como forma de resistência ao aprofundamento do neoliberalismo no governo de direita de Fernando Henrique Cardoso. Mas, é sobretudo na entrada dos anos 2000 e na ascensão dos governos petistas que, em nossa análise, o *socialismo reformista* se colocará como tendência no âmbito profissional.

4. Conclusão

A nosso ver esta tendência *socialista reformista* destitui a relação dialética entre *emancipação humana* e *emancipação política* própria ao Projeto Ético Político. É particularmente em torno do hiperdimensionamento do princípio da democracia que esta tendência *socialista reformista* se consolida. E isto não é à toa. Primeiro, porque parte da vanguarda destitui o princípio da democracia como perspectiva conjuntural estratégica e passa a tomá-la enquanto "o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade" (CFESS, 2011, p.21). E, em segundo, por ser referenciada como o princípio mais "operacional" para o exercício profissional, na sua interseção com os serviços e políticas sociais, outros profissionais, instituições e população usuária.

Nesse sentido, o risco para a profissão de instrumentalizar as competências, atribuições e prerrogativas apenas em prol da defesa dos direitos e garantias sociais, reforça uma concepção reformista marcada pelo gradualismo democrático da "nova ordem de cidadania plena" e do "Estado ampliado de Direito" sob o fortalecimento participativo dos 'de baixo', própria dos governos dos Partidos dos Trabalhadores, desconsiderando os limites e armadilhas que estes governos significaram e significam para a pauta neoliberal no Brasil.

Ao mesmo tempo, consideramos que refletir sobre estes elementos é fundamental diante da conjuntura eleitoral que se abriu em 2022 no Brasil e que garantiu, no confronto direto com um projeto de extrema direita, o retorno de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república. Ainda que no momento histórico do país a eleição de Lula signifique um avanço, já expresso nos primeiros meses de governos em ações referentes aos povos originários, Direitos Humanos e outras, o Serviço Social brasileiro precisa analisar criticamente este processo sob pena de fragilizar seu viés crítico. Isto porque, a história não se repete, a não ser que seja como tragédia. Basta que consideremos que a reeleição de Lula se dá num contexto internacional muito diferente dos anos 2000. E, no Brasil desde 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro temos o aprofundamento das práticas mais deletérias da nossa formação social.

Em termos políticos a extrema direita vem garantindo tanto, por meio do uso competente das novas ferramentas tecnológicas, quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a exposição de sua pauta antipopular em suas diferentes vertentes, inclusive fascistas. Ressurgem dos porões os terraplanistas e a negação da ciência; setores médios passam a explicitar mais abertamente seus incômodos com a proximidade com os de baixo em diretas apologias racistas, misóginas, patriarcais; vem sendo destruída pouco a pouco a frágil articulação em torno de parâmetros sociais e de civilidade construídos no país nos anos de 1980.

A pandemia por COVID-19 aprofundou as escolhas políticas e econômicas do Governo Bolsonaro. Em 2019, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2020) a informalidade atingiu 41% da população ocupada no Brasil, o que equivale a mais de 38 milhões de pessoas. Além disso, identificaram-se cerca de 7 milhões de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e 4,8 milhões de desalentados. Ou seja, milhões de pessoas já viviam em condição

de abissal desigualdade social e tiveram sua condição agravada pelas medidas econômicas e pela própria pandemia.

Segundo dados da FGVSocial o aumento da insegurança alimentar no Brasil, durante a pandemia, entre os mais pobres foi de 53% em 2019 para 75% em 2021 (NERI, 2022, p. 03). Entre os mais ricos, entretanto tivemos uma queda de três pontos percentuais. Em termos dramáticos, a pobreza se exponencia no Brasil. No período pré pandêmico, em 2019, 11% da população o que significa aproximadamente 23 milhões de pessoas estavam abaixo da linha da pobreza com R\$ 290,00 reais mês por pessoa. Em outubro de 2021 o percentual foi para 13% o que equivale a aproximadamente 27,6 milhões de pessoas.

Ao mesmo tempo, em que a desigualdade social se aprofundou objetivamente, e que há um amplo benefício dos setores dominantes da sociedade, o governo Bolsonaro avançou no imaginário social descaracterizando o sentido de “público” e de “direitos sociais” naturalizando o descaso no atendimento as necessidades sociais da massa da população. Como destacou Santos (2019) “há um empenho governamental, (...) em se apagar a política pública de assistência como um direito, propugnando a substituição da assistência pelo assistencialismo, a partir da ampliação do trabalho caseiro, solidário e voluntário, no qual predomina a força de trabalho feminina” (SANTOS, 2019).

Como esteve no centro dos governos petistas a assistência social esteve no centro do governo Bolsonaro com sinal trocado. Neste último trata-se de dilapidar os direitos e não garantir sequer assistência social como política social à população. Assim, a atualização da cultura autocrática no governo Bolsonaro reforçou nossa dependência e assumiu um caráter contrarrevolucionário ao sedimentar-se por um conservadorismo reacionário cujo objetivo foi de responder aos interesses do capital financeiro e rentista alijando os trabalhadores e movimentos sociais.

Nesse sentido, a eleição de Lula por si só não garante condições favoráveis a edição de novo pacto social. E, este é para nós o que impacta diretamente na profissão de Serviço Social no Brasil. Será sustentável a defesa acrítica, por parte de expressivo número de assistentes sociais, das “novas” políticas proposta para o “novo” governo Lula? Quais as contradições que se colocarão entre o projeto profissional crítico e o projeto governamental de Lula em seu novo mandato? Será um caminho para o Serviço Social brasileiro relativizar e ressignificar princípios ético-políticos, tendo por diretriz um universalismo básico, da participação social consentida e colaboracionista que o Partido dos Trabalhadores volta a reivindicar para o Brasil?

Nossos estudos demonstram que encontramos uma maior capilaridade dessa tendência



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

no Serviço Social brasileiro quando identificamos a vinculação contemporânea que se faz entre a consolidação/materialidade do Projeto Ético-Político à necessidade da contribuição profissional na ampliação da legalidade institucional. É requisitado ao assistente social o fomento de uma "cultura pública democrática"⁷, cujo desafio é o de tornar os espaços de atuação profissional em espaços efetivamente públicos, alargando-os em prol da interferência da população usuária e assim, permitindo a sua maior interferência e controle social. A grande questão, ou a grande encruzilhada, é que o investimento nessa "cultura pública democrática" tem se realizado sem quase nenhuma problematização dos limites de realizações democráticas numa estrutura social que se consolida e se mantém "pelo alto" como é o caso da realidade brasileira. Como Fernandes (1976) explicita este é o traço constitutivo da nossa formação social. Marcada tanto pela *heteronomia*, ou seja, a dificuldade de a burguesia efetivar a construção do projeto nacional, uma vez que o país está inserido na lógica do capitalismo internacional de forma subalterna⁷, quanto o fato de que a *democracia liberal* não se realiza revolucionariamente para o conjunto da sociedade, mas apenas para os interesses específicos da própria burguesia. Dificilmente, Lula mudará estes fundamentos da nossa formação social, e, como demonstrou em seus governos anteriores, nem era esse o seu objetivo. Resta saber então, quais serão nossas escolhas.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019. ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa.; CABRAL, Maria do Socorro. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995. BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. *In: Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Cress-RJ, 2013. BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São

⁷ Esta busca profissional pela "ampliação progressiva da esfera pública", a impulsionar a democracia ao máximo da legalidade institucional, adquire variações mais "otimistas" no que diz respeito à concepção de Estado, como visto em Raichelis (1988). Para esta autora, a esfera pública "transcende a forma estatal ou privada, pois remete a novos mecanismos de articulação entre a sociedade civil e no interior dessas esferas, permitindo superar a perspectiva que identifica automaticamente estatal com público e privado com mercado" (RAICHELIS, 1988, p.79). Sob tal leitura, cuja estratégia é a própria cidadania "plena" ou "ampliada", esta "esfera pública" não exigiria uma outra sociedade, mas a superação dos limites desta e seu aperfeiçoamento.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Paulo: Cortez, 2006.

BRAVO, Maria Inês de Souza. **Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais.** São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. **Código de Ética do/a assistente social.** Lei n. 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Brasília: CFESS, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Brasil: Zahar, 1976.

⁷ Cumpre observar que a heteronomia não se revelou em obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista no Brasil. A grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro lado, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social.

FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. *In*: MORAES, J. Q. (Org.). **História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos.** Vol. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2014a.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2014b.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio: **PNAD contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca/catalogo?view=detalhes&id=2101707>. Acessado em 18/07/2024.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LESSA, Sergio. **A crise da esquerda e do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

LUKÁCS, Georg. **Historia y conciencia de clase.** México: Grijalbo, 1969. MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular.** Santa Catarina: Prismas, 2015. MARTINS, Caio. *et al.* **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico.** Marília: Lutas Anticapital, 2019.

MARTINS, Caio. Duas cabeças, um corpo: partido, movimentos sociais e estratégia democrático-popular. *In*: MARTINS, C. *et al.* **A estratégia democrático-popular: um inventário crítico.** Marília: Lutas Anticapital, 2019.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Popular, 2008.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. Marília: Boitempo, 1999.

MENEGUELLO, R. *PT*: a formação de um partido. São Paulo: Paz e Terra, 1989. MOTA, Ana Elizabeth. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. NERI, Marcelo. **Insegurança alimentar no Brasil**: pandemia, tendências e comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGVSocial, 2022.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. e **Revista Serviço Social Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. **Questões da nossa época**, São Paulo, n. 20, 2001.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, 2004.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: CRESS. **Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social**. Rio de Janeiro: Cress-RJ, 2013.

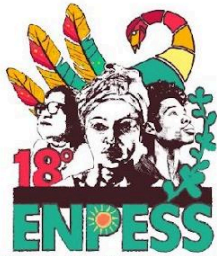
NETTO, José Paulo. José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964- 1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In: BRAZ, M. (Org.). **José Paulo Netto**. Ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.

RAICHELLIS, Raquel. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Serviço Social e Sociedade** nº56. São Paulo, Cortez, 1988. RAMOS, Carlos Alexandre. **A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)**. Tese (doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, UFSCar, São Carlos, 2013.

SECCO, Lincon. **História do PT**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Sonara. A forma necessária: ultraneoliberalismo, política social e conservadorismo moral sob o governo Bolsonaro. Disponível em:

<https://esquerdaonline.com.br/2019/08/30/forma-necessaria-ultraneoliberalismo-politica-social-e-conservadorismo-moral-sob-governo-bolsonaro/>. 2019. Acessado em 18/07/2024.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de Estratégia democrático-popular e cultura profissional renovada: revisitando os fundamentos do Projeto Ético-Político. **Revista Em Pauta**. N.53, V.21, PPGSS: Rio de Janeiro, p. 58-74, 2023.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de. **Estratégia democrático-popular e Serviço Social: aproximações ao socialismo reformista na profissão**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10. Maranhão: Programa de Políticas Públicas. Anais... 2021.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de *et al.* O debate teórico e ídeo-político do Serviço Social contemporâneo: aproximações críticas. In: RAMOS, A. *et al.* (Org.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019

SOUSA, Adrianyce A. Silva de **Lukács e o Serviço Social brasileiro**. Curitiba: Prismas, 2016.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de; SOUSA, Daniela Neves. Do Congresso da Virada ao Projeto Ético-Político: a maturação da intenção de ruptura. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2012.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994.